



INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC

**Abril 2026**

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC

**Abril 2026**

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



## APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



## Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

### Diretor Geral

#### Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

### Diretora Administrativa

#### Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

### Editor de Design Gráfico e Diagramação

#### Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

### Características do Periódico

#### Periodicidade:

Mensal

#### Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

#### Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

#### Registro Internacional:

SSN 3085-654X

#### Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

### Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

**publicacao@iiscientific.com**

### Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil  
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande  
CEP 88032-005

*A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.*



## Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

### Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

### Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios  
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva  
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva  
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia  
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

### Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

## Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

### Pareceristas

#### **Ciências da Educação**

Dr. Carlos Mendonça  
Dr. Marcelo Pertussatti  
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

#### **Ciência da Saúde**

Dr. Daniel Laiber  
Dra. Luisa Bonadiman

#### **Ciências Jurídicas**

Dr. Avelino Thiago  
Dr. James Melo de Sousa  
Dr. Manoel Coracy

#### **Educação Inclusiva**

Dra. Fábila Roseana Souza Oliveira da Silva  
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

#### **Tecnologia**

Dr. Flávio Lopes  
Dr. Geraldo Lúcio

#### **Editor Gerente**

**Rayane Priscila Santos de Souza**

#### **Editores de Seção**

**Karolayne Luana de Oliveira Silva**  
Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

#### **Equipe de Produção Editorial**

**Reviane Francy Silva da Silveira**  
Priscila de Fátima Lima Schio  
Lucas Teotônio Vieira

#### **Editor Técnico**

**Balbino Júnior**

#### **Administrador do Sistema OJS**

**Vitor Santos**

# PEDAGOGIA JESUÍTICA: DO BRASIL COLÔNIA À REPÚBLICA

## JESUIT PEDAGOGY: FROM COLONIAL BRAZIL TO THE REPUBLIC

### PEDAGOGÍA JESUITA: DEL BRASIL COLONIAL A LA REPÚBLICA

#### RESUMO

Este artigo analisa a trajetória histórica da pedagogia jesuítica no Brasil, desde a chegada da Companhia de Jesus no período colonial, até os reflexos de sua prática educacional nos primórdios da República. A pesquisa investiga como os jesuítas construíram um sistema pedagógico singular, moldado pela dialética entre os dogmas da Ratio Studiorum e as adaptações impostas pelo contexto colonial brasileiro, envolvendo catequese, ensino de ofícios e formação das elites. A análise incorpora contribuições teóricas que revelam como o projeto jesuítico operou enquanto instrumento de colonização cultural e, simultaneamente, como primeiro eixo de sistematização do ensino nacional. Examina-se a relação entre Reforma Protestante, Contrarreforma e a emergência da Companhia de Jesus, liderada por Inácio de Loyola em 1540, contextualizando sua ação pedagógica frente ao projeto mercantilista e colonizador português. Discute-se ainda a sobrevivência de suas marcas no discurso pedagógico contemporâneo, especialmente nos rituais escolares, na concepção curricular e na reprodução de desigualdades educacionais.

**Palavras-chave:** Pedagogia jesuítica; companhia de Jesus; período colonial; história da educação; república.

#### ABSTRACT

This article analyzes the historical trajectory of Jesuit pedagogy in Brazil, from the arrival of the Society of Jesus in the colonial period to the reflections of its educational practice in the early days of the Republic. The research investigates how the Jesuits constructed a unique pedagogical system, shaped by the dialectic between the dogmas of the Ratio Studiorum and the adaptations imposed by the Brazilian colonial context, involving catechesis, vocational training, and the formation of elites. The analysis incorporates theoretical contributions that reveal how the Jesuit project operated as an instrument of cultural colonization and, simultaneously, as the first axis of systematization of national education. The relationship between the Protestant Reformation, the Counter-Reformation, and the emergence of the Society of Jesus, led by Ignatius of Loyola in 1540, is examined, contextualizing its pedagogical action in relation to the Portuguese mercantilist and colonizing project. The survival of its marks in contemporary pedagogical discourse is also discussed, especially in school rituals, curricular conception, and the reproduction of educational inequalities.

**Keywords:** Jesuit pedagogy; society of Jesus; colonial period; history of education; republic.

#### RESUMEN

Este artículo analiza la trayectoria histórica de la pedagogía jesuita en Brasil, desde la llegada de la Compañía de Jesús en el período colonial hasta las reflexiones de su práctica educativa en los primeros días de la República. La investigación indaga cómo los jesuitas construyeron un sistema pedagógico único, moldeado por la dialéctica entre los dogmas de la Ratio Studiorum y las adaptaciones impuestas por el contexto colonial brasileño, que involucra la catequesis, la formación profesional y la formación de élites. El análisis incorpora contribuciones teóricas que revelan cómo el proyecto jesuita operó como instrumento de colonización cultural y, simultáneamente, como el primer eje de sistematización de la educación nacional. Se examina la relación entre la Reforma Protestante, la Contrarreforma y el surgimiento de la Compañía de Jesús, liderada por Ignacio de Loyola en 1540, contextualizando su acción pedagógica en relación con el proyecto mercantilista y colonizador portugués. También se discute la supervivencia de sus marcas en el discurso pedagógico contemporáneo, especialmente en los rituales escolares, la concepción curricular y la reproducción de las desigualdades educativas.

**Palavras-clave:** Pedagogía jesuita; compañía de Jesús; período colonial; historia de la educación; república.

## 1 INTRODUÇÃO

A história da educação brasileira é indissociável da atuação da Companhia de Jesus. Durante mais de dois séculos, de 1549, ano da chegada dos primeiros jesuítas ao Brasil, até 1759, quando foram expulsos pelos decretos pombalinos, os jesuítas foram os principais agentes educacionais da colônia portuguesa na América. Compreender essa trajetória significa compreender as próprias bases sobre as quais se assentou a instituição escolar no país: seus métodos, seus valores, suas contradições e seus legados.

O contexto da colonização portuguesa, marcado pela expansão mercantilista e pelo projeto de dominação territorial e cultural, conferiu à Companhia de Jesus uma função estratégica: catequizar as populações indígenas, educar os filhos da elite colonial e consolidar a hegemonia da fé católica diante das ameaças da Reforma Protestante. Esse projeto, formulado a partir da Ratio Studiorum, um plano de estudos sistematizado e promulgado definitivamente em 1599, encontrou no Brasil um território que exigiu incessantes adaptações e improvisações, gerando uma pedagogia híbrida que, segundo Bittar e Ferreira Jr. (2017), caracterizou-se como uma pedagogia brasílica, representando a síntese entre a evangelização cristã-católica e o ensino da língua portuguesa.

Nessa perspectiva, Pacheco e Quadros (2024) sustentam que o início da educação nos moldes metodológicos jesuítas impactou profundamente a visão histórica que a educação contemporânea exprime, configurando marcas ainda hoje perceptíveis nas políticas educacionais. A análise crítica desse processo é, portanto, condição indispensável para compreender as estruturas que moldaram, e continuam a moldar, o campo educacional brasileiro.

Justifica-se este estudo pela relevância de resgatar criticamente as raízes históricas da educação brasileira, especialmente em um momento em que debates sobre currículo, formação docente e exclusão escolar retomam, de formas nem sempre conscientes, problemas que já se colocavam no século XVI. Reconhecer a herança jesuítica é condição necessária para compreender por que a educação

pública brasileira ainda carrega traços de seletividade, ritualização e desigualdade. Conforme aponta Almeida (2014), ao analisar a educação jesuítica no Brasil, é indispensável considerar sua influência para a atual educação brasileira, cujos resquícios se encontram até hoje em nossas escolas.

Face ao exposto, o presente artigo tem como objetivo geral analisar a trajetória da pedagogia jesuítica no Brasil do período colonial à República, identificando suas características, transformações e permanências. Como objetivos específicos, busca: (a) caracterizar o projeto pedagógico da Companhia de Jesus e sua aplicação no contexto colonial brasileiro; (b) analisar as adaptações e improvisações que configuraram a pedagogia brasileira; (c) discutir o legado jesuítico para a educação pós-pombalina e republicana; e (d) refletir sobre os resquícios dessa prática pedagógica na educação contemporânea.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Contexto histórico: renascimento, reforma e contrarreforma

Para compreender a emergência da pedagogia jesuítica, é indispensável situá-la no turbulento cenário europeu dos séculos XV e XVI. A educação jesuítica nasce como resposta direta ao movimento humanista da Renascença europeia — período compreendido entre os séculos XIV e XVI que representou a retomada dos valores greco-romanos, colocando o ser humano como centro do conhecimento, em contraposição às concepções predominantemente teológicas da Idade Média. A Renascença marcou a busca pela individualidade, pelo espírito crítico e pela confiança no poder da razão, valores que a Igreja Católica percebia como ameaças à sua autoridade doutrinal.

É neste contexto que emerge a divisão da Igreja ocidental, conhecida como Reforma e Contrarreforma. A Reforma Protestante, movimento encabeçado por Lutero no século XVI, configurou-se como luta pela liberdade de consciência e pelo questionamento da supremacia papal. Um de seus efeitos mais expressivos foi a democratização do acesso à leitura e à instrução, ao propor que cada fiel pudesse interpretar diretamente as Escrituras — o que exigia que soubesse ler. Esse movimento foi, portanto, um impulso para a popularização da instrução, introduzindo o ideal de educação mais ampla como atributo do Estado e da consciência individual

(Almeida, 2014).

Frente a esse avanço, a Igreja Católica reagiu com a Contrarreforma, cujas diretrizes foram estabelecidas no Concílio de Trento (1545–1563), buscando reafirmar os princípios da fé e a supremacia papal. Entre as estratégias de reação, destacou-se a criação de seminários e colégios destinados à formação de um clero mais preparado e à educação das elites segundo os cânones ortodoxos da fé romana. Nesse quadro, a luta entre católicos e protestantes travou-se, mais diretamente, no campo educacional, tornando a escola o principal território de disputa ideológica e cultural da modernidade incipiente.

Foi nesse contexto que surgiu a Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola em 1540, como instrumento privilegiado de luta contra a expansão do protestantismo. A Companhia nasceu com a máxima de que tudo deve ser feito para a maior glória de Deus (*Ad maiorem Dei gloriam*) e assumiu, desde sua fundação, o controle da educação como estratégia central para conter o avanço reformista e consolidar a hegemonia católica junto às elites letradas e às camadas populares da Europa e de seus territórios coloniais (Pacheco; Quadros, 2024).

## **2.2 A companhia de Jesus e seu projeto pedagógico**

A Companhia de Jesus foi fundada por Inácio de Loyola em 1540, no contexto da Contrarreforma da Igreja Católica, com o propósito de combater a expansão protestante e propagar a fé cristã. Sua chegada ao Brasil se deu em 1549, com a frota de Tomé de Sousa, marcando o início de um longo processo de intervenção educacional e religiosa. O padre Manuel da Nóbrega, chefe da primeira missão jesuítica à América, logo reconheceu que a "escola de ler e escrever" seria um "bom modo" de atrair os índios para a catequese (Bittar; Ferreira Jr., 2017, p. 18). Nessa perspectiva, a educação e a evangelização foram dois processos que nasceram juntos no Brasil colonial.

Pacheco e Quadros (2024) destacam que a Companhia de Jesus, em sua historicidade, atuou em três frentes fundamentais: a defesa e promoção da fé cristã; a propagação da fé nos territórios coloniais; e a educação de jovens. O primeiro colégio plenamente organizado pela Companhia foi fundado em 1548 em Messina, contando com aulas de hebraico, retórica, grego, lógica e gramática. A expansão foi

vertiginosa: em 1556, quando da morte de Santo Inácio, já existiam cerca de 40 colégios espalhados por Itália, Espanha, Áustria, Boêmia, França e Portugal, chegando a aproximadamente 300 no final do século XVI.

Para atingir tais objetivos, os padres jesuítas utilizaram uma pedagogia fundamentada em elementos estratégicos adaptados ao contexto colonial brasileiro:

Para atingir tal objetivo, os padres jesuítas utilizaram uma pedagogia fundamentada nos seguintes elementos: bilinguismo (preferencialmente português e tupi); método de ensino mnemônico; catecismo com os principais dogmas cristãos; desmoralização dos mitos indígenas; e atividades lúdicas (música e teatro) (Bittar; Ferreira Jr., 2017, p. 21).

O instrumento central da ação pedagógica jesuítica foi a *Ratio Studiorum*, plano de estudos cujas primeiras formulações remontam a 1551 e cuja versão definitiva foi promulgada em 1599. Trata-se, conforme Carvalho (2016), de um manual prescritivo e normativo de ações pedagógicas, coletivas e individuais, dirigidas fundamentalmente à juventude. Esse documento estabelecia um currículo padronizado, dividido em graus propedêuticos que, no Brasil, compreendiam o curso elementar (doutrina católica e primeiras letras), o de humanidades, o de artes e o de teologia (Almeida, 2014). Esse sistema constituiu o primeiro esforço de sistematização do ensino no país, ainda que voltado exclusivamente para determinados segmentos sociais.

De acordo com Pacheco e Quadros (2024), o *Ratio Studiorum* abrangia desde questões na estrutura administrativa, a incumbência do Reitor, do Prefeito de Estudos, dos professores, até a distribuição de prêmios e as regras no processo didático, que incluíam os métodos da preleção, erudição, memorização, repetição, composição e emulação. O ensino era fundamentado no Concílio de Latrão, do século XII, que estabeleceu que determinados assuntos seriam apenas de autoridade da Igreja, de modo que qualquer questionamento, especialmente de cunho espiritual, era refutado com base nessa autoridade.

### **2.3 A pedagogia jesuítica no Brasil colonial e seus instrumentos de dominação**

A chegada da Companhia de Jesus ao Brasil esteve organicamente articulada aos propósitos do governo português. A missão jesuítica servia a uma dupla função: facilitar a implantação e manutenção do modelo econômico escravista-mercantilista e difundir os valores cristãos ameaçados pelo avanço da Reforma Protestante. Portugal,

que não era um Estado industrializado e dependia do sucesso de sua colônia, via na ação jesuítica um instrumento estratégico para estabilizar o controle sobre os territórios americanos diante das transformações impostas pelo mercantilismo nascente.

Assim, a aculturação dos povos indígenas passou a ser um projeto pensado pela Igreja e executado por uma metrópole absolutista e hierarquizada, revelando seu interesse singular no modelo educativo como mecanismo de uniformização e de formação piramidal da sociedade brasileira colonial (Pacheco; Quadros, 2024). Desde a chegada dos portugueses ao Brasil, os povos nativos foram colocados à mercê de três interesses distintos e conflitantes: a metrópole desejava integrá-los ao processo colonizador como força produtiva; os jesuítas desejavam convertê-los ao cristianismo e aos valores europeus; e os colonos queriam utilizá-los como mão de obra escrava (Nollasco, 2008).

Pacheco e Quadros (2024) recuperam o conceito de Guerra Justa como elemento central desse processo: aos índios que não aceitassem a fé cristã era considerada plausível a escravidão e exploração lícitas. Um índio catequizado era, nessa lógica, um índio pacífico, dominado, passível de colonização. Muitos nativos que aceitavam a conversão passavam a trabalhar nas missões jesuíticas, catequizando outros nativos, mecanismo de autoexploração que expõe as raízes ideológicas mais profundas da pedagogia jesuíta.

A educação jesuítica no Brasil colonial esteve, portanto, relacionada ao movimento mais amplo de emergência da escolarização no mundo moderno, cabendo aos jesuítas orientar segmentos distintos da população, dos filhos dos senhores de engenho aos colonos, escravizados e indígenas, na fé cristã, na disciplina do corpo, nos valores morais e nos costumes europeus. Aos povos indígenas coube, em especial, a catequese, a leitura e a escrita em língua portuguesa. Com o tempo, o objetivo primeiro da evangelização acabou cedendo lugar à consolidação da educação da elite, conferindo à ação jesuítica contornos elitistas que demarcaram as raízes fundantes da organização do ensino nacional (Almeida, 2014).

#### **2.4 Métodos, currículo e formação de professores**

A estrutura pedagógica da Companhia de Jesus era marcada por uma

disciplina rígida e uma organização minuciosa. O Ratio Studiorum teve como base a unidade da matéria e a unidade do método. O conteúdo estudado devia contemplar poucos autores, de preferência aqueles ligados ao pensamento oficial da Igreja, como Tomás de Aquino. Os princípios centrais incluíam a disciplina rígida, o cultivo da atenção e da perseverança nos estudos, o silêncio, a repetição e memorização, a cópia e o ditado, a competição, a premiação, a prova e o castigo — todos coadunados com o respeito à hierarquia e fundamentados na obediência, no controle e na meritocracia (Pacheco; Quadros, 2024).

No que tange à formação de professores, segundo Pacheco e Quadros (2024), na Companhia de Jesus tudo era baseado em regras, disciplina e ordem. O Ratio apontava constantemente para a observância das normas de uma prática pedagógica eficiente, tanto na formação de professores quanto na sua ação docente. Eram estabelecidas regras específicas para o Provincial, o Reitor, o Prefeito de Estudos Superiores, os professores de cada disciplina, os estudantes e os bedes, uma hierarquia que atravessava toda a estrutura institucional.

O currículo se dividia em classes inferiores, com seis anos de ensino de retórica, humanidades, gramática portuguesa, latim e grego, e classes superiores, com três anos de matemática, física, filosofia (incluindo lógica, moral e metafísica), além de gramática, latim e grego (Almeida, 2014). Essa estrutura curricular revelava não apenas uma concepção de conhecimento, mas uma visão de mundo que excluía sistematicamente mulheres, negros e indígenas do acesso pleno à cultura letrada.

Um elemento fundamental dessa pedagogia foi o ritual da lição, estudado em profundidade por Carvalho (2016). A autora demonstra que a lição, na tradição jesuítica, não era apenas uma ferramenta didática, mas um ritual de instituição de hierarquias, disciplina e produção de subjetividades. Para Carvalho (2016, p. 1048), o ritual da lição disseminado pela pedagogia jesuítica "sofreu transformações significativas ao longo dos séculos mais recentes", mas mantém sua presença nos processos de escolarização contemporâneos, especialmente "no modo como ensinamos por meio de rituais".

### 3 METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica e histórica, fundamentada na revisão sistemática de estudos sobre a pedagogia jesuítica no Brasil. A abordagem histórico-crítica orienta a análise, buscando não apenas descrever os fatos educacionais, mas compreendê-los em sua relação com as estruturas econômicas, sociais e culturais do período estudado.

O corpus de análise é constituído por artigos científicos, livros e capítulos de livros que abordam a história da educação brasileira no período colonial e imperial, com ênfase na atuação da Companhia de Jesus. As fontes primárias utilizadas como objeto de análise pelos autores consultados incluem as cartas dos primeiros jesuítas do Brasil, organizadas por Serafim Leite, e o próprio texto da *Ratio Studiorum*. A seleção das referências priorizou trabalhos de reconhecida relevância no campo da história da educação brasileira, destacando-se as contribuições de Bittar e Ferreira Jr. (2017), Almeida (2014), Carvalho (2016), Pacheco e Quadros (2024) e Nollasco (2008).

A análise das fontes seguiu os procedimentos da análise de conteúdo, identificando categorias recorrentes nos textos: a relação entre catequese e educação; a dialética entre imposição e adaptação pedagógica; a estrutura curricular e metodológica da *Ratio Studiorum*; a dimensão do ritual no ensino; o contexto da Reforma e Contrarreforma como determinantes da ação jesuítica; e a herança jesuítica na educação contemporânea.

### 4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A análise do material bibliográfico revisado permite identificar três grandes eixos que estruturam a pedagogia jesuítica no Brasil: o projeto evangelizador e sua inevitável transformação diante da realidade colonial; a constituição de um sistema educacional dual, que atendia indígenas e filhos da elite de formas distintas; e a sobrevivência das práticas pedagógicas jesuíticas para além da expulsão da Companhia.

No primeiro eixo, Bittar e Ferreira Jr. (2017) demonstram que colonização e catequese foram dois processos que nasceram juntos no Brasil colonial, sendo a

educação o cimento sobre o qual começou a ser edificada a escola no país. A estratégia inicial dos jesuítas era a evangelização dos indígenas adultos, o que logo se mostrou inviável dada a resistência cultural dos nativos. A solução encontrada foi dirigir os esforços para as crianças indígenas e mamelucas, utilizando as casas de ler e escrever como espaços de socialização e conversão. As práticas culturais indígenas (música, dança e teatro) foram ressignificadas e incorporadas como instrumentos de catequese, num processo que os autores descrevem como a pedagogia brasílica.

Nollasco (2008) aprofunda essa análise ao demonstrar que, diante da resistência dos jovens indígenas em abandonar definitivamente os costumes e práticas ancestrais ao chegarem à juventude, foi se consolidando entre os jesuítas a convicção de que a catequese deveria ser sustentada por mecanismos de sujeição e controle. Essa perspectiva organizou a estruturação de um rígido sistema disciplinar que dependia de vigilância constante, da delação e dos castigos corporais. Nos dias atuais, os mecanismos de punição e vigilância assumiram contornos mais sutis, manifestando-se por meio de dispositivos institucionais, midiáticos e discursivos.

No segundo eixo, torna-se evidente que a educação jesuítica operava em duas velocidades distintas. Para os indígenas nos aldeamentos, prevalecia a catequese oral, a aprendizagem das primeiras letras em português e tupi e o ensino de ofícios mecânicos necessários à manutenção das fazendas e colégios da Companhia. Para os filhos da elite colonial nos colégios, o modelo humanista da *Ratio Studiorum* era aplicado com maior rigor: latim, retórica, filosofia e teologia.

Almeida (2014, p. 123) observa que esse dualismo traduzia uma visão profundamente hierárquica da sociedade, na qual "cada pessoa deveria ser incumbida a um tipo de trabalho, conforme o local socialmente ocupado". Tal concepção reforçava a segregação entre o pensar e o fazer, deixando mulheres, negros e indígenas excluídos do acesso pleno ao conhecimento formalizado. Essa estrutura dual não foi, portanto, uma consequência acidental da ação jesuítica, foi um de seus pilares constitutivos, que ajudou a sedimentar as desigualdades educacionais que persistem até o presente.

Sob a perspectiva de Pacheco e Quadros (2024, p. 44), a teoria comportamentalista presente nas metodologias jesuítas revela um projeto pedagógico profundamente funcionalista: respostas chamadas de "reforçadores" modelavam

comportamentos e se tornavam responsáveis pela criação de hábitos, permitindo prever e controlar o comportamento do indivíduo. Todo o planejamento e organização contidos na prática do ensinar eram elaborados sobre os objetivos que se pretendia alcançar, numa lógica que pode ser comparada à noção vygotskiana de que o ambiente modifica as expressões, ações e movimentos do sujeito, embora os jesuítas a empregassem para a domesticação cultural, e não para a emancipação.

A expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal em 1759 representou uma ruptura brusca no sistema educacional colonial. As reformas pombalinas visavam substituir o modelo jesuítico por um ensino laico, controlado pelo Estado, baseado nas chamadas aulas régias. O projeto pombalino pressupunha uma modernização do aparato educacional alinhada ao Iluminismo europeu e almejava a homogeneização da sociedade colonial por meio de um ensino laico e utilitário. Contudo, o resultado imediato foi devastador: sem a estrutura dos colégios jesuíticos, o ensino entrou em colapso. Conforme descrevem Bittar e Ferreira Jr. (2017), décadas após a expulsão, a instrução pública encontrava-se em situação precária em toda a colônia, com escassez de professores e de estabelecimentos de ensino.

A lacuna nos serviços educacionais foi preenchida precariamente pelas chamadas aulas régias, avulsas, sustentadas pelo subsídio literário, imposto colonial criado para financiar o novo modelo de instrução. Sem sistematização e sem professores em quantidade e qualidade suficientes, o ensino limitou-se drasticamente até o início do século XIX. Com a chegada de D. João VI ao Brasil em 1808, houve investimentos no ensino técnico e superior, com a criação da Academia da Marinha e da Academia Militar. No entanto, a educação popular, com estudos primários e médios, permaneceu esquecida, evidenciando o descompromisso histórico do Estado com a igualdade de condições educacionais.

O terceiro eixo revela que a expulsão dos jesuítas não significou o fim de sua influência pedagógica. Carvalho (2016) demonstra que o ritual da lição, tal como sistematizado na *Ratio Studiorum*, sobreviveu incorporado às práticas escolares modernas e contemporâneas. Elementos ritualistas, a recapitulação, a memorização, a relação assimétrica entre quem pergunta e quem responde, os sistemas de premiação e punição, permaneceram como regularidades do discurso pedagógico mesmo quando os conteúdos e os contextos se transformaram radicalmente. Nesse

sentido, a pedagogia jesuítica pode ser lida não apenas como um fato histórico encerrado, mas como uma "discursividade fundadora", que continua produzindo efeitos nos modos de ensinar e aprender no Brasil (Carvalho, 2016, p. 1049).

Conforme identificado por Pacheco e Quadros (2024), muito da proposta educacional jesuítica pode ser percebida nos diferentes estabelecimentos de ensino brasileiros, sejam eles públicos ou privados. É uma constante, no interior das escolas, o interesse e a ocupação para com a formação de valores, a imposição de uma disciplina do corpo, da perseverança nos estudos, de hierarquias e, pedagogicamente, estratégias didáticas como o estudante "modelo" como exemplo a seguir, a memorização, a competição e o silêncio. As raízes da educação jesuítica, em especial o comprometimento com a formação das elites, marcaram profundamente a história da educação brasileira.

Pacheco e Quadros (2024) destacam ainda que outra característica jesuíta enraizada na escola contemporânea são os diversos modos com que o conhecimento é selecionado e transmitido: do ensino público ao privado, cada material didático consiste em um instrumento ideológico que introduz ou modifica perspectivas históricas e culturais. Isso evidencia que, em todos os âmbitos da estrutura educacional, tanto social como político, encontra-se enraizado um modelo comportamentalista no qual o indivíduo é modificado pelo ambiente e, ao mesmo tempo, torna-se agente modificador da estrutura social.

Com a chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808 e, posteriormente, com a Independência em 1822 e a Proclamação da República em 1889, o campo educacional passou por importantes reconfigurações. A retomada das atividades jesuíticas no Brasil no século XIX, após o breve período de proibição, e a fundação de novos colégios católicos demonstram a persistência do modelo iniciano mesmo num contexto marcado pelo positivismo republicano e pela secularização do Estado. A disputa entre o modelo laico e o modelo confessional de educação seria uma das tensões estruturantes da política educacional brasileira ao longo de toda a Primeira República.

Somente a partir da Constituição de 1988 surge, no texto constitucional, o compromisso explícito do Estado, em regime de colaboração com as famílias, com a garantia de igualdade de condições de acesso e permanência na escola e com a

gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, do primário ao superior (Almeida, 2014). Esse marco evidencia o quanto o descompromisso com a igualdade educacional foi estruturante da história brasileira, e o quanto as raízes jesuíticas ajudaram a cimentar esse cenário de exclusão histórica.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pedagogia jesuítica representa, ao mesmo tempo, o ponto de partida e uma das heranças mais duradouras da educação brasileira. De 1549 a 1759 e, posteriormente, com a retomada no século XIX, a Companhia de Jesus modelou as primeiras instituições escolares do país, criou um sistema curricular estruturado e deixou marcas profundas no modo como a sociedade brasileira concebe o ensino, a aprendizagem e a relação pedagógica.

A análise empreendida neste artigo evidencia que a pedagogia jesuítica no Brasil não pode ser reduzida nem a uma narrativa heroica de civilização, nem a uma condenação simplista de colonialismo cultural. Ela foi, acima de tudo, uma prática histórica contraditória: ao mesmo tempo instrumento de dominação e de resistência; vetor de aculturação e de construção de novos saberes; mecanismo de exclusão e, paradoxalmente, de inclusão de determinados grupos à esfera da cultura letrada.

As contribuições teóricas mobilizadas enriquecem consideravelmente a compreensão desse processo ao articular o contexto da Reforma e Contrarreforma com as dinâmicas pedagógicas praticadas no Brasil colonial. A Companhia de Jesus não surgiu no vácuo: ela foi uma resposta histórica à crise de hegemonia da Igreja Católica num momento de profunda transformação econômica, cultural e religiosa na Europa. Transplantada para o Brasil, essa resposta ganhou contornos específicos ditados pelas condições da colônia — a resistência indígena, a escassez de recursos, a diversidade linguística e as demandas da elite colonial.

O estudo ressaltou que a chamada pedagogia brasílica foi fruto de uma dialética entre imposição e improvisação, reforçando a perspectiva de que os rituais escolares contemporâneos carregam persistências do discurso pedagógico jesuítico. Reconhecer essas heranças não significa aceitá-las acriticamente, mas compreendê-las como condição para transformá-las. A construção de uma educação democrática, inclusiva e emancipatória passa, necessariamente, pelo enfrentamento histórico das

estruturas que a educação jesuítica ajudou a sedimentar: a dualidade entre educação das elites e educação popular, a hierarquia rígida na relação pedagógica e a exclusão dos grupos socialmente subalternizados.

Ao concluir, destaca-se que este artigo constitui uma etapa inicial, sugerindo a produção de novas e mais amplas pesquisas, no intuito de incorporar outros estudos e fontes primárias para aprofundar a análise da herança jesuítica na educação brasileira republicana. A continuidade da investigação deve ampliar o diálogo com a historiografia da educação e com as teorias críticas do currículo, de modo a oferecer uma contribuição mais robusta ao campo da história da educação brasileira.

## 6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wilson Ricardo Antoniassi de. A educação jesuítica no Brasil e o seu legado para a educação da atualidade. **Revista Grifos**, n. 36/37, p. 117-126, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5729/572967127009.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2026.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JR., Amarílio. Adaptações e improvisações: a pedagogia jesuítica nos primeiros tempos do Brasil colonial. **Revista Teoria e Prática da Educação**, v. 20, n. 1, p. 49-61, jan./abr. 2017a. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/issue/view/1562>. Acesso em: 07 mar. 2026.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JR., Amarílio. A pedagogia brasílica nos primeiros tempos da colonização: escolas de ler e escrever, teatro, música e ensino de artes mecânicas. **Revista IRICE**, n. 32, 2017b. Disponível em: <https://ojs.rosario-conicet.gov.ar/index.php/revistairice/article/view/790/833>. Acesso em 06 mar. 2026.

CARVALHO, Rosângela Tenório de. O ritual da lição na pedagogia: o aspecto performativo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 1045-1060, out./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/tnQgsqVc5k8TLCChvwLdxzL/abstract/?lang=pt>. Acesso em 10 mar. 2026.

NOLLASCO, Patrícia Carmello. **A educação jesuítica no Brasil colonial e a pedagogia de Anchieta: catequese e dominação**. [Dissertação de Mestrado], Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas-SP, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalle/423860>. Acesso em: 10 mar. 2026.

PACHECO, Adalgisa da Silva; QUADROS, Sheila Fabiana de. A educação jesuítica e as inferências na educação brasileira. **Revista Aproximação**, Guarapuava, v. 6, n. 13, p. 43-51, jul./dez. 2024. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/aproximacao/article/view/7911>. Acesso em 06 mar. 2026.

